

Luiz Recamán

Os Impasses da Arquitetura Paulista Recente¹

Resumo

Os graves problemas urbanos da cidade de São Paulo e sua arquitetura comercial recente parecem indicar uma ruptura com a forte tradição da arquitetura moderna paulista. No entanto, os seus impasses atuais devem também ser compreendidos a partir das ambigüidades da experiência dos anos 50.

Introdução

As grandes cidades estariam novamente na pauta dos interesses econômicos “globalizados”, depois de várias décadas de crise e de aparente falência de sua eficiência inicial. Seriam as âncoras através das quais se estruturaria a nova fase da produção, circulação e consumo em escala mundial, na aceleração das relações econômicas internacionais. Mais que os estados nacionais, as antigas e decadentes cidades modernas passariam a ser novamente o centro de interesse dos grandes investimentos, preparando-as para esse novo papel possibilitado pela tecnologia eletrônica. E então, uma bela história de um reencontro: novamente arquitetura e seus ideólogos se reconciliariam com o mundo da produção em sua nova fase, para juntos desfazerem os mal-entendidos da história recente. Mais esclarecidos depois das inúmeras críticas ao resultado que esse compromisso teve no passado, estariam ambos dispostos a reavaliar antigas teses e juntos novamente se dedicarem, com ganho geral, a recompor as ruínas das cidades industriais. Como no passado, não faltarão inúmeras propostas e teorias para esse novo, muito mais pragmático, *l'appel aux post-industriels*. Arquitetura ou revolução. Mas se o fantasma da revolução não assusta mais a burguesia, então o grito de guerra é Arquitetura ou Barbárie! E a cidade real, com suas contradições, ecletismos, diferenças e efervescência cultural, tal qual se nos apresenta, passa a ser o foco de interesses de todos, arquitetos e investidores da nova ordem mundial. O que era a crítica à devastação e alienação da cidade moderna e do capitalismo industrial, passa, após uma rápida adaptação, a ser ideologia operante nos quatro cantos do planeta.

Mas o que se passa naquelas cidades que, durante o séc. XIX - época em que as capitais européias se reconstruíram e modernizaram - eram vilas inexpressivas na então decadente ordem colonial, e que hoje, com seus milhões de habitantes, são chamadas a participar da nova ordem mundial? Com qual realidade arquitetônica e urbanística se depara esse estudioso das cidades globais quando chega em sua mesa o “dossiê São Paulo”?

A periferia da cidade

Uma imensa periferia auto construída, cujo crescimento acelerado nas últimas décadas foi feito às margens das leis que regem o uso e ocupação do solo. Áreas mantidas em situação “ilegal”, com a aquiescência do poder público, à espera de um “ataque especulativo”, ou simplesmente eternizadas como áreas de exclusão sócio-urbanas². Estamos falando da esmagadora maioria da cidade, em área ou em população.

Projetos de Habitação Popular

Programas públicos de habitação popular insignificantes pela sua pequena abrangência. Depois das experiências de mega-conjuntos no final dos anos 60, seguem-se duas experiências bastante diferentes: os conjuntos e reurbanizações de favelas no início dos anos 90, na gestão da esquerda, e os conjuntos “Cingapura” das duas últimas gestões da direita na cidade. A primeira, alinhada ao pensamento corrente naqueles anos de valorização dos espaços de convívio, tinha na diversidade tipológica sua principal característica, além dos mecanismos mais democráticos de acesso à moradia. A manutenção da população nos locais ocupados, evitando grandes remoções, se mostrou uma alternativa possível, mesmo para aqueles que apenas pretendiam higienizar visualmente a cidade, como é o caso do segundo momento. Os “Cingapura”, construídos em locais estratégicos, escondem atrás de novos edifícios de apelo “vernáculo” a maior parte da favela que permanece intocada. Remetem-se à linguagem da especulação imobiliária para os bairros de classe média, numa indicação de ascensão social. Os dados relativos a esse programa são inexpressivos em relação ao total da demanda por habitação na cidade nos últimos anos. Mas o que mais surpreende um olhar arquitetônico é a ausência total de tratamento do espaço coletivo, marca da experiência anterior. A solução se restringe à construção de edifícios, cercados por grades de proteção. Copiando as mesmas grades demarcadoras das propriedades que a classe média utiliza para manter longe os assaltantes que vêm das favelas. No entanto essa experiência mal consegue alterar a paisagem da cidade, apesar das tentativas de usá-la como escudo nas principais vias de circulação. A grande massa de edificações desordenadas e espontâneas se impõe. Mesmo esse programa hoje está praticamente paralisado.

Área Central

Um centro histórico desfigurado e espacialmente deteriorado. Caracteriza-se pelo intenso comércio popular ou especializado, pela grande quantidade de atividades relacionadas com a Justiça (os Fóruns Civil e Criminal permanecem na área central, apesar dos principais cartórios estarem de mudança) e pela presença da Bolsa de Valores. O setor Bancário, originalmente sediado nessa área, mantém as agências tradicionais, porém suas sedes de operação também se mudaram. Encontram-se hoje diversos edifícios vazios, tanto do poder público como privado, que tem sido alvo de tímidas invasões organizadas por um tipo de movimento “sem-teto”, incentivadas pelas inúmeras e bem-sucedidas experiências no campo. Apesar da anunciada qualidade de sua infra-estrutura urbana (metro, serviços, saneamento urbano, fibra ótica, etc.), o processo de esvaziamento do centro não pôde ser revertido até agora. Algumas tentativas recentes têm procurado atrair os investimentos públicos e privados para uma operação de revalorização do centro da cidade, cujo mote principal é, além de sua infra-estrutura, a quantidade e qualidade das edificações históricas transformadas em novos centros de alta-cultura. A recuperação desses edifícios é a estratégia para “reanimar” a área central, expandida em direção à região da Estação da Luz, cuja ocupação originou a chamada “segunda fundação da cidade” devido aos grandes investimentos relacionados ao café e a construção das ferrovias no final do século passado. Temos nessa área o Convento da Luz, a mais importante construção colonial da cidade recentemente restaurada, a Pinacoteca do Estado, recentemente reformada e ampliada, a estação Júlio Prestes, cuja reestruturação operacional permitirá a utilização de seu principal edifício como a nova sede da Orquestra Sinfônica Estadual. Segundo os consultores internacionais, uma das 10 melhores salas de concerto do mundo. Essa grande operação urbana está diretamente vinculada à retomada dos investimentos em transportes públicos, na ampliação da rede do Metro e sua conexão à rede ferroviária em recuperação também. A modernização da rede está liberando importantes áreas urbanas antigamente destinadas aos pátios ferroviários e armazéns de carga, ainda sem um projeto público de utilização, e alvo de projetos como a torre São Paulo (o maior prédio do mundo). Existem outros projetos para áreas específicas, como o Parque Dom Pedro II, onde fica a Prefeitura da Cidade, o vale do Anhangabaú, etc. Apesar do incentivo à habitação no centro fazer parte dessa nova estratégia, não existe nenhum projeto nesse sentido, além da aposta no seu incremento através da atração espontânea que um centro histórico recuperado teria sobre parte da população. Cabe lembrar que existe uma grande quantidade de habitação na área central, mas em ritmo crescente de deterioração e encurtamento. Mesmo que essa estratégia de recuperação dê resultados e consiga atrair o capital especulativo para investimentos em serviços e habitação, esse novo mercado necessariamente exclui os atuais habitantes, que para lá foram em busca de custos menores de aluguel e transporte. Esse processo é corrente no resto da cidade: qualquer melhoria urbana

significativa - sempre articulada com novos investimentos privados - ao valorizar estrategicamente determinada região muda o perfil dos ocupantes, levados cada vez mais para longe. Porém, mesmo essa perspectiva parece remota. Apesar desse interesse pela área central partir de uma parte, digamos, esclarecida do capital financeiro e do poder público, os dados sobre a ocupação dessa área são muito tímidos em relação ao movimento geral na cidade (na dúvida, o próprio Banco de Boston, um dos principais mecenas do “Viva o Centro”, já prepara a mudança para a distante Marginal Pinheiros). Como alerta um consultor especializado em investimentos imobiliários³, o custo de *retrofit* não deve superar os 40% de uma construção nova. Valores maiores, somente são recomendáveis caso realmente exista uma “volta ao centro”, ou seja, uma valorização dos imóveis que justifique o investimento maior. Para quebrar esse círculo vicioso, no qual a desvalorização acontece porque o capital abandona o centro porque este se desvaloriza, entram os investimentos públicos, agora justificáveis porque são majoritariamente culturais e portanto democráticos: museus, centros culturais, teatros, etc. Mas infelizmente bom senso, do ponto de vista urbanístico, não tem existido no histórico movimento especulativo do capital imobiliário em direção ao eixo sudoeste, que já completou um século. Consultores da Bolsa de Imóveis do Estado de São Paulo também avisam: os empreendimentos ao longo da Marginal Pinheiros tem maior taxa de retorno do capital investido. Enquanto houver estoque de terrenos disponíveis valorizáveis (através de investimentos públicos maciçamente dirigidos para essas áreas também), não existe dúvida quanto aos novos endereços na cidade. E, segundo esses consultores, existem grandes quantidades de terrenos disponíveis a preços baixos em áreas de crescimento. Esse movimento de dispersão horizontal da cidade tem uma história que remonta aos anos 30, cuja análise pode auxiliar a compreensão dos planos subjacentes ao desenho caótico da cidade. Os investimentos no centro contrariariam a dupla dispersão-verticalização de alta rentabilidade da expansão da mancha urbana. E seriam eles suficientes para reverter a lógica da descentralização, instaurando um “círculo virtuoso”? Tal operação se justificaria apenas pelos aspectos sentimentais e de memória da cidade: uma espécie de mega-museu dos bons velhos tempos da cidade boêmia⁴. Por enquanto temos apenas os novos espaços de alta-cultura nos antigos edifícios, aos quais a elite se dirige através de complexos - e inimagináveis - sistemas de segurança, sob os olhares curiosos da população pobre que hoje ocupa as ruas da área central.

Em direção ao Sudoeste

A história do desenvolvimento da cidade mostra que a opção de investimentos por parte da elite desde cedo se dirigiu para o eixo sudoeste⁵. O que chama a atenção sobre isso hoje é o fato desse eixo estar alcançando os limites da cidade. Negócios, moradia das classes mais altas, serviços, espaços de cultura e lazer, etc. se concentram nessa interminável fatia da cidade. Não se trata porém nem de um centro expandido, nem de um centro “descentrado”, nem sub-centros,

nem de centro “linear” etc. Estamos falando de um movimento, e não de espaço. Um movimento de valorização progressiva em novas frentes especulativas, acionadas por intervenções públicas e privadas coordenadas, que deixa para trás rastros urbanos deteriorados. Seria ilustrativo percorrer a localização de uma empresa com mais de 40 anos em São Paulo: Centro novo, Paulista, Faria Lima, Berrini, Marginal Pinheiros, etc. Mesmo os bairros da elite tendem, ao se valorizar, serem adensados e receberem comércio e serviços, empurrando aqueles que procuram tranquilidade para mais longe. Nesse caso, os limites se estendem para mais de 100 km do centro da cidade, nos loteamentos residenciais de luxo. Mas o fato de ser uma estratégia do capital imobiliário e das classes altas, não garante um espaço de “elite”, ou melhor um espaço de qualidade. Mal projetados, explorando ao máximo a rentabilidade da ocupação, mudando a legislação para alcançar maiores lucros, a burguesia paulista constrói um espaço “pobre” do ponto de vista urbano. Não importa: a violência crescente provocada pelos índices estratosféricos de exclusão social empurram a classe alta para dentro de suas residências, protegida por alarmes, grades eletrificadas, sistemas de vigilância, exército particular, etc. Supervalorização do espaço íntimo em detrimento do espaço público: pode-se perceber a perda qualitativa que esse movimento especulativo em direção a sudoeste acarreta. O poder público proporciona infra-estrutura que viabiliza os novos negócios, o que não inclui nenhum tipo de ordenamento espacial. Bairros de casas térreas com lotes pequenos e ruas estreitas são transformados da noite para o dia em centros de negócios, sem nenhum tipo de antecipação da legislação urbana. Não estamos falando de uma cidade desenhada para o lucro imobiliário - que em certa medida todas o são. Mas sim de um *laissez-faire* apenas visto nos tempos pré-hausmanianos. Nos últimos anos quantas oportunidades de planejamento urbano foram descartadas em nome do simples aquecimento da construção civil. A abertura da Nova Faria Lima, situada na região sudoeste, cortou bairros residenciais de ruas estreitas, com o objetivo de criar uma nova frente para os negócios imobiliários de escritórios e residências, e também desafogar o trânsito nessa área, cada vez mais congestionada. O caótico trânsito da cidade tem produzido soluções viárias cada vez mais agressivas, com a abertura de avenidas, túneis, viadutos, etc. (que também servem para revalorizar áreas de especulação). A estratégia da prefeitura, que naquele caso, assim como hoje, era uma espécie de balcão privado de negócios e interesses, foi a desapropriação da faixa do leito carrossável, deixando o resto para a lei da oferta e da procura. O resultado é o surgimento de altos edifícios de escritórios em terrenos lembrados, pedaços de terrenos sem utilização, fragmentos expostos da estrutura urbana anterior, sem qualquer tratamento urbanístico. Dos anos 30 até agora, nesses tempos de neo-liberalismo, a participação do poder público no desenho da cidade praticamente desapareceu. As praças e calçadas largas e vegetação vão se reduzindo a cada fase, até chegar a inexistência de espaço público nas recentes intervenções, como por exemplo a Av. Berrini, importante referência de “intervenção urbana” (sic) dos últimos anos.

Alguma arquitetura e nenhum milagre

É evidente um surto recente entre nós de arquitetura do “new international style”. O que, no início da década de 80, era uma tímida e “desajeitada” aproximação por parte de alguns importantes arquitetos paulistas da linguagem “pós-moderna”, deu um salto para a contemporaneidade: linguagem high-tech (arquitetura nem tanto...), cores, vidros, alumínio, etc. O repertório que permitiria por lado a lado a arquitetura dessa nova cidade global com qualquer outra da Europa ou EUA. Nessa atualização arquitetônica se encontram vários trajetos: a dependência cultural de nossa situação de colônia; a auto-imagem da elite, sempre de olhos voltados para a Paris do passado ou Miami do presente; a internacionalização da economia trazendo inúmeras companhias multinacionais; a abertura do mercado profissional da arquitetura para escritórios estrangeiros; os novos arquitetos formados nos novos cursos de arquitetura, mais livres da influência da “escola paulista”, etc. Essa “nova” arquitetura do setor privado tem dominado a recente produção. Estamos assistindo uma fase de retração da atuação do estado como patrocinador e, em grande medida, idealizador da arquitetura moderna brasileira (basta dar uma olhada na sua história para ver, do MESP corbusiano às estações de Metro dos anos 70). O Brasil ingressa também no estado mínimo, que por aqui significa o seu desaparecimento como agente de mediação social, assumindo o posto de organizador direto dos interesses das elites. No contexto neo-liberal emerge uma arquitetura do setor privado, pelo menos na capital econômica do país. Sem regras ou restrições que garantam a qualidade urbana, essa arquitetura vai realizando seu ideal: maximização do lucro, sofisticação aparente (já que a modernização do canteiro, num país de mão de obra abundante e barata não é tão urgente) e de costas para a cidade. Seja pela crise dos últimos anos ou pela fraqueza do capital privado no Brasil, esses empreendimentos vão de inexpressivos a modestos, não garantindo, nem dentro dessa lógica, nenhuma grande operação urbana unificada. A Av. Berrini, idealizada e projetada pelo capital imobiliário mais agressivo, se trata na verdade de uma gigantesca operação especulativa lote a lote. São Paulo, que sempre fôra a cidade da iniciativa privada num país “estatal”, passa agora a cumprir esse destino, sem nem mesmo os antigos e ineficientes planos diretores, estratégias públicas ou políticas de habitação popular.

Uma digressão histórica

Mas esse destino de liberalismo selvagem realizado tem uma relação dialética com a história da arquitetura da cidade. Pujança econômica privada, estado alternando entre forte e autoritário, essas relações - ambíguas e pouco ortodoxas - devem ser entendidas na história sócio-econômica do país, pelo menos neste século. Podemos aqui nos limitar, do ponto de vista da arquitetura, no

seguinte aspecto: como entender a tradição moderna paulista, definida nos anos 50 e seu ulterior desenvolvimento, e esse misto de degradação urbana e aparência high-tech dos últimos anos?

O clima político do Brasil nos anos 50 - e podemos datar o golpe militar de 64 como virada - permitia que arquitetura experimentasse uma “atividade antecipadora”⁶. Foi assim também com as outras esferas da vida social naqueles anos de industrialização e crescimento. Baseados em uma leitura da realidade social brasileira que mesclava grandeza e atraso numa mesma fórmula, alguns arquitetos, em especial Artigas, passam a contestar mais claramente a arquitetura internacional e, mais discretamente, a “escola carioca” de Niemeyer. Essa renovação vinha necessariamente do novo palco do jogo político e econômico do Brasil, a grande metrópole paulista. Esta renovação foi precedida de uma crítica radical precoce que atingia a própria disciplina da arquitetura: o imperialismo dos grandes mestres auxiliando a auto-conservação da burguesia, a nova academia ocupando o lugar do programa social da arquitetura moderna. Um convite à ação política, mais que um programa arquitetônico⁷.

Fiel à tradição modernista de São Paulo, Artigas procurará promover um “salto”: uma arquitetura da Técnica feita pela mão operária, que deixa suas marcas no concreto, não escondendo suas deficiências. Didática, Técnica - note-se: não tecnológica -, sem máscaras. O saber do arquiteto-engenheiro - o futuro -, aliado ao saber artesanal da fôrma e do canteiro - o atraso - vão desenhando a nova arquitetura. Uma saída desenvolvimentista para o Brasil: uma expressão nacional da técnica, uma via original para os impasses da modernização. No jargão local, diríamos que uma “modernização progressista”, diferente daquela “conservadora” adotada. O trabalho de Artigas foi uma das mais interessantes sínteses culturais que o Brasil produziu neste século, apesar - e talvez por isso mesmo - das contradições que não tardaremos em apontar.

Se o trabalho desse arquiteto fosse apenas a tradução de uma expectativa “desenvolvimentista”, típica dos anos 50, uma “antecipação” de uma nova ordem social que deveríamos instaurar, talvez não tivesse produzido tantos frutos, autorizados e não autorizados. Mas o mito da Técnica trouxe de volta velhas contradições da civilização maquinista. No caso brasileiro a retórica tecnológica adquire a forma sublimada do atraso. É nesse sentido que o trabalho de Artigas é mais a negação da técnica que uma pesquisa tecnológica das possibilidades nacionais da construção na arquitetura. Técnica - estrutura - como mito e programa social como horizonte. Esse conflito moderno atualizado na conjuntura brasileira faz dessa arquitetura um comentário sobre o impasse do projeto nacional, que os anos seguintes confirmarão. A “antecipação” apontada, por mais próxima que seja, produz um conflito com o presente. Naqueles anos, esse conflito ideológico adquiriu as proporções daquela arquitetura ciclópica.

Negar a realidade injusta é também negar a cidade injusta. À exacerbação estrutural vai corresponder uma introversão, que se tem um fundamento na tradição brasileira da casa, é levada aos seus limites. Negar a divisão injusta da terra, fazendo com que ela defina o prisma do volume arquitetônico. Um coletivismo possível nos limites da unidade. A proteção da grande cobertura

que acolhe os espaços-volumes, e os protege do exterior. Ciclópica e acolhedora: a dialética da taba Brasil que não pôde se constituir como projeto-nação. Mito da técnica, artesanato e síntese estrutura-forma são as características arquitetônicas que podemos aqui destacar, dentre outras tantas ainda por verificar, dessa arquitetura dos anos 50. Todas sobre o fundo da cidade real que não admite alteração, e contra a qual se voltam as energias militantes. Em que pese a sua vasta obra, destacamos aqui a FAU, que é ela mesma uma síntese das atividades desse engenheiro-professor, arquiteto-militante.

Com a reação ultraconservadora que dominará o país de 64 até o início dos anos 80, a arquitetura paulista se desenvolverá a partir desse tripé apontado: saber popular, técnica e síntese estrutura-forma.

Como aponta Sérgio Ferro, um dos discípulos de Artigas: "... a consciência de sua [a arquitetura] inevitável frustração imediata e do desmoronamento do "desenvolvimentismo" começou a tingi-las de uma agressividade maior e a destruir o equilíbrio e a flexibilidade que possuíam enquanto se acreditavam exequíveis. Ao adiamento de suas esperanças reagiram, no primeiro instante, com a afirmação renovada e acentuada de suas posições principais."⁸

Essa agressividade da forma, muitas vezes confundida com "brutalismo", foi a tônica das três grandes direções seguidas. A primeira, da qual o próprio Sérgio Ferro é fiel representante, desenvolverá uma arquitetura da aproximação do saber técnico ao saber popular em suas poucas experiências habitacionais. Através da crítica do desenho como instrumento de dominação no canteiro, esses arquitetos vão pesquisar as tecnologias populares para promover projetos de habitação social numa conjuntura desfavorável. Foi a crítica mais radical e teve portanto vida curta com o acirramento da luta política a partir do final dos anos 60. Parte de seus discípulos, que nos anos 80 se aninharam nos movimentos da esquerda democrática e popular, hoje participam do consenso mais geral, na defesa de um modernismo vago. A segunda, ligada à pesquisa tecnológica do concreto, vai dar o tom dos anos 70 com sua "arquitetura das estatais", e que vão ser a marca daqueles anos sombrios de autoritarismo. São diversos exemplos, pois foi essa a arquitetura que mais se difundiu, por sua paradoxal aproximação à administração pública. Ocupar e modificar o estado por dentro, esse velho lugar comum dos partidos comunistas, se não teve resultados políticos, gerou grandes encomendas para muitos arquitetos. Até aqueles que pertenciam a outra tradição, os "estrangeiros" de São Paulo, vão pegar carona nessa fórmula que deu certo: concreto, grandes vãos, amplos vazios, etc. Nenhum resquício, naturalmente, da antiga dialética dos anos 50 que procurava absorver e aprofundar as deficiências da técnica empregada (impressão das fôrmas de madeira, etc.). A arquitetura do "milagre brasileiro" unia numa mesma linguagem a monumentalidade das grandes obras de infra-estrutura e o apuro da tecnologia do concreto (pontes, hidrelétricas, etc. muitas vezes projetadas por arquitetos) aos edifícios das grandes empresas estatais do período ditatorial. Metrô, universidades, estações rodoviárias, centros-administrativos, etc. Marca dos anos mais violentos da ditadura militar, essa arquitetura

mal se manteve nos anos 80, aqueles da “década perdida”, da ambigüidade da redemocratização do país. E hoje, quando aparece, é uma pálida reprodução das grandes encomendas do passado: sem estado, essa vertente ficou sem mecenas. Por sua proximidade de filiação, essas tendências - divisão que tem apenas um caráter analítico aqui, não se configurando nem em escolas nem em arquitetos específicos - muitas vezes se confundem em sua retórica. Principalmente essa última com a terceira, a que alguns vem chamando de “minimalista”, com muito anacronismo. A pesquisa formal dos anos 50 - baseada na plástica do concreto e de seu método construtivo -, vai indicar um dos caminhos daquela agressividade antes apontada. Nesta terceira decorrência, reaparece com toda ambigüidade o mito da Técnica como objetivo estético, e não construtivo ou tecnológico. No caso de Paulo Mendes da Rocha, o mais destacado arquiteto dessa tradição, os procedimentos arquitetônicos radicalizados e explicitados das obras dos anos 60 vão cedendo espaço para uma tectônica abstrata, quase imaterial, em contraste brutal com o peso do material. Poderíamos destacar o Museu de Escultura, de 1987-95, obra bastante divulgada e talvez responsável pela confusão da crítica entre a forma e a função do edifício: de museu da escultura a obra *minimal*. Função sem forma e a forma sem função: os espaços funcionais são subterrâneos e os espaços na superfície são vazios articulados por uma imensa viga/escultura, que se remete ao entorno, num comentário dissonante, para “épater le bourgeois”, seus vizinhos dos nobres e provincianos casarões dos anos 30⁹. Mais uma vez a lição do passado se radicaliza em termos de linguagem. Paulo Mendes, neste caso, realiza uma separação conceitual das questões dos anos 60, por ele destacadas. Se nos lembrarmos do prédio da FAU, de Artigas, podemos, no sentido da leitura proposta, entendê-la como um objeto urbano, a partir do exterior (ainda que em uma cidade universitária), e como micro-universo (cobertura-abóbada celeste e satélites) a partir do interior. Com um filtro produzido pela perda das expectativas sociais, temos agora maximizado o volume-estrutura e minimizado o programa arquitetônico. Mais uma vez: em Artigas temos a relação inteira, conflitada, entre esses pólos em rota de colisão. Mas no museu temos a depuração do objeto-escultura-viga, elemento síntese - e não *minimal* - e um programa arquitetônico constrangido e escondido nos subsolos. Em tempo: esse museu sem acervo, natimorto, nunca conseguiu se constituir como referência cultural, mais conhecido pelas suas festas de lançamento de produtos sofisticados. Talvez o comentário irônico de Paulo Mendes o tenha, pelo menos, transformado em referência visual na cidade.

Da tradição “brutalista”, é esse desdobramento que conseguiu ter alguma inserção nos anos 90. Essa arquitetura, no entanto, não responde às necessidades de modernização da metrópole terciária. Permanece, por suas referências à alta-cultura da modernidade, como coqueluche de uma burguesia ilustrada que quer se destacar do ecletismo cultural das novas elites. Ou então, pela antiga conexão com o poder público, se dedica a alguns projetos de museus, escolas, espaços públicos, etc. Entrincheirada na Academia, a “escola paulista” não possui mais nenhum vínculo com a atividade econômica da cidade. Se nunca o teve, pelo menos nas diferentes linhas aqui

destacadas, influenciou ideologicamente o pensamento sobre a cidade, produziu a face “cinza” da cidade de concreto, ergueu seus edifícios administrativos, e projetou talvez a mais interessante série de residências da arquitetura brasileira, alguns dos tesouros escondidos da nossa metrópole (apesar de pequenas em tamanho, essas residências se abriam ideologicamente ao universo da nova sociabilidade, laboratórios experimentais da função não mais possível da arquitetura).

Mas a perda de fôlego do estado, e portanto um enfraquecimento da grande arquitetura deve ser vista mais de perto; devemos retroceder um pouco até o início dos anos 80, a chamada década perdida. Redemocratização vacilante, diminuição do ritmo de crescimento econômico, frustração política com a rápida reorganização das elites tradicionais em detrimento dos movimentos sociais emergentes, etc. E talvez tenha sido essa a ambigüidade mais importante: o crescimento da organização política do até então folclórico “povo brasileiro”, se libertando da tutela colonial, a atuação das elites conservadoras que dirigem o país, e o estado desmilitarizado e despersonalizado. Este vai acabar sendo redesenhado no embate entre as forças populares e essas elites econômicas, que terminaram por retomar o timão, agora através do jogo semi-democrático cheio de armadilhas. Todas essas forças ajudaram a moldar, de forma nem sempre clara e direta, a arquitetura dos anos 80. No caso de São Paulo, podemos pensar em três grandes perspectivas, ou possibilidades.

Em sua pesquisa pessoal, que mistura influências de diferentes origens, a arquiteta Lina Bo Bardi vai projetar e realizar no final da década de 70 uma das obras mais paradigmáticas da recente arquitetura paulista. Brilhante síntese das discussões que remontam aos anos 20 do modernismo paulista, seguindo os caminhos dos anos 50, Lina vai traduzir aquelas expectativas utópicas socializantes dos anos pré-golpe militar - pesquisas de habitação popular, projetos de infra-estrutura, etc. - em uma utopia sócio-cultural que mais do que projeto de uma sociedade desejada, dá voz à diversidade cultural do povo brasileiro, na sua metrópole-síntese. Reafirmando o lema modernista do caráter “moderno” da cultura popular brasileira, depois de sua passagem pela Bahia onde influenciou toda uma geração, Lina idealiza uma fábrica cultural, o projeto SESC- Pompeia. Utilizando parcialmente um antiga fábrica no bairro industrial da Lapa - mais um vazio produzido pelo processo de desindustrialização da metrópole - essa intervenção vai tratar também dessa mudança histórica. Surge daí uma cidade-história real, que rompe com aquela cidade abstrata, vítima das intervenções modernas, que ajudaram a desfigurar uma cidade já fragmentada. Centro cultural e social para uma população vizinha de classe média baixa, esse complexo vai atuar também como referência cultural da cidade. O ponto focal é aquele do usuário-pedestre: uma rua interna percorre os galpões e edifícios novos, como prolongamento das ruas da cidade. Concreto, grandes coberturas que abrigam diferentes espaços, linguagem construtiva moderna: todos os elementos da “escola paulista” estão presentes. Mas duas coisas se destacam, que invertem o sentido daquela tradição: a abertura para um espaço de sociabilidade real - não um vazio -, e a intervenção crítica no existente. História, contexto, espaço social e

linguagem moderna: uma difícil síntese, onde quer que tenha sido tentada sem maneirismos. No canteiro, o trabalho arqueológico e paciente, discutindo e aceitando sugestões dos operários, que em muitos casos definiram soluções. De origem italiana, talvez por isso tenha percebido e reelaborado esse intraduzível meio-termo espacial da sociabilidade brasileira: não monumental, não público, não íntimo. Por não termos constituído uma ordem pública - por causa dos percalços de nossa história colonial - os mais importantes fenômenos da cultura brasileira se dão em espaços intermediários que às vezes se agigantam, não porque assim foram concebidos. Nem a praça pública nem a casa. A cultura popular brasileira tem a tradição da rua, das esquinas, dos quintais (espaço semi-privado aberto aos visitantes nas festas informais). Tradição afro-ameríndia acomodada ao desenho europeu das cidades coloniais, esse espaço brasileiro tem a sua história que atravessa as nossas metrópoles contemporâneas, assim como a chamada “cultura popular”.

Outro projeto importante, também paradigmático, também da tradição moderna brasileira atualizada, é o Memorial da América Latina de Niemeyer. Só que essa atualização se dará por uma chave oposta à do caso anterior: “deconstrução” do tecido urbano, da unidade e do conjunto, mesmo nos termos a que estávamos acostumados dentro do trabalho desse arquiteto. Numa operação populista que lembra aquela dos anos “desenvolvimentistas”, agora como “farsa”: governantes despersonalizados em busca de uma marca de apelo popular. E ninguém melhor que Niemeyer para dar forma às ansiedades de imagem dos governantes brasileiros. Retórica anacrônica, a importância desse projeto está naquilo que esconde, e não no que revela: o alinhamento involuntário do mestre moderno às mais radicais experiências contemporâneas da fragmentação da forma arquitetônica.

Esses dois caminhos que inauguram os anos 80 são o que a arquitetura moderna brasileira tem a dizer sobre as mudanças pelas quais a metrópole estava passando naqueles anos. Um, sensível aos novos ares que a redemocratização trazia, tornando conhecidas as experiências populares até então desconhecidas da elite do centro-sul, e outro, canto de cisne daquele estado empreendedor, que se originou nos anos trinta e que determinou o percurso da arquitetura moderna brasileira, e que agora se preparava para atuar na nova ordem mundial. Nenhuma dessas propostas, no entanto, tampouco davam respostas às necessidades do capital em transformação. Este buscava outros meios para se espacializar e reproduzir-se.

Então uma arquitetura ligada ao empreendedor privado vai ganhar uma força definitiva. O terceiro caminho se completa: ensaiado durante décadas, um alternativa “comercial” - como que descendência bastarda da “escola paulista” - pode agora se expandir, sem limites. Com exemplos importantes durante os anos 50 e 60 (Rino Levi, Niemeyer e os “arquitetos estrangeiros”), somente com as transformações econômicas pós-milagre econômico é que uma arquitetura das grandes empresas começa a redesenhar a cidade. A imagem mais radical é a da avenida Paulista e seus edifícios bancários. Procurando acomodar ao programa de edifício comercial os ensinamentos miesianos, de Artigas (concreto, estrutura-tema, etc.) e Rino Levi, dentre outros,

esses edifícios anunciavam um novo ecletismo: nenhuma dessas “escolas” tinha muito a dizer sozinha sobre esse novo símbolo arquitetônico para uma nova fase da cidade. O “pós-modernismo” do final dos anos 80 não é uma opção que trai a tradição “brutalista”, mas uma necessidade interna, um patamar já alcançado nesses incômodos arranjos de linguagem “séria” dessa tradição. O passo para a adoção - em registro de “grande arquitetura” - das irreverentes experiências de linguagem daqueles anos no panorama internacional - principalmente americano - foi dado pelo edifício Citicorp Center de Gasperini. As referências a Philip Johnson são intermediadas àquelas de sabor local, como o rosa e o azul da tradição popular (sic). Tímido, mas um grande passo em direção ao alinhamento total ao “new international style” dos anos 90, do qual esse arquiteto vai ser um dos mais extrovertidos representantes. Não apenas como linguagem arquitetônica, mas também como interferência urbana: uma praça interna - do tipo nova-iorquina - liga a Av. Paulista à Alameda Santos. Espaço público concentrado, climatizado e vigiado, um resumo da cidade que tornará possível a vida nos distantes “back-offices” implantados em meio ao deserto urbano da periferia da cidade. E vai ser assim, liberada de todos os constrangimentos de linguagem ou urbanos, que a arquitetura paulista vai poder desenhar a nova cidade. Dispersa, pós-urbana, brilhante. Entre a unidade e o todo, ou melhor, o resto, existe apenas o contraste publicitário. Torres de escritórios que funcionam como torres de sinalização. Retirado da equação dos anos 50 o sinal de negação, temos a discutida unidade-todo contra o todo-fragmento, ambigüidade cada vez mais esvaziada que está inserida na formação dessa cidade.

Se constituindo passo a passo como linguagem autônoma, a arquitetura paulista vai afrouxando os laços atados à realidade local, e abrindo mão da intervenção crítica num mundo a transformar, não fôra essa sua razão de ser. Esse percurso aparentemente contraditório e de rupturas adquire uma unidade cruel, já que na dialética da gênese dessa forma moderna particular também se construía uma impossibilidade, dimensão ideológica inseparável de suas realizações. A matéria sobre a qual se debruçava crítica e seletivamente - o meio sócio-econômico difuso e nada clássico - seleciona agora os achados daquela tradição arquitetônica: retórica tecnológica, anti-urbana, introvertida, agressora do entorno (então indesejado). Ao negar, para superar, a realidade do capitalismo brasileiro (social, urbana, cultural, etc.), essa arquitetura moderna ajudou a preparar a forma de um novo momento, que realiza produtivamente esse deslocamento, essa desconexão (porque prescinde dessa realidade física, social, cultural, etc.).

Agora, reagindo a essa arquitetura-publicitária e anti-social, muitos arquitetos procuram re-direcionar-lhe os rumos, tentando canalizar a sua força empreendedora para o lugar certo. Acertando eixos de crescimento, definindo um espaço público mínimo, inserindo-a numa equação ambiental sustentável: devolver-lhe todos os pressupostos dos quais ela se libertou nesses anos todos. Operação apenas parcialmente possível nos lugares onde a arquitetura deste

século não pode se realizar tão livremente, e portanto completamente, com o fez no Brasil. Fora do lugar, por lá a nova estratégia anuncia seus paradoxos, novamente, com mais clareza.

Da arquitetura moderna que queria dar ordem à desordem capitalista do solo (em nome da aparente ordem da máquina), temos agora uma arquitetura que quer participar da gênese da nova produção pós industrial: investimentos, capital, empregos, urbanização, etc. Passa-se da lógica capitalista mundializada às qualidades urbanas sem nenhuma gradação, como se não fossem perspectivas em grande parte conflitantes. Salvar cidades sem papel certo na nova ordem mundial através do urbanismo. Que sobrecarga ideológica é essa? Alguns reclamam o excesso de utopia da modernidade, querendo reativá-la sem esse extra ideológico. O que dizer dessas operações urbanas que querem “salvar” o capitalismo em território periférico, e que não enfrentam o fato de que a sua era produtiva e maquinista - e “urbana” - foi uma fase na sua marcha histórica de acumulação de capital. E se dela participamos “produtivamente”, ou seja, industrialmente, em caráter precário, a nova fase da acumulação nos reserva outro papel. Desmaterializada e desterritorializada - para usar o jargão corrente - a produção de capital - e não de bens de capital - tem nas suas possessões ultramarinas um veio a explorar: legislação trabalhista (*low wage* e trabalho informal) e legislação ambiental mais flexíveis ou inexistentes para a otimização da exploração. E por que não dizer desordem urbana e espaços precários também? Se o caos urbano aparentemente atrapalha a produção, o caráter “ilegal” da sociedade brasileira (economia informal, cidade informal, cidadão informal) vai ao encontro desse processo neo-liberal de super acumulação. Não existe nenhum conflito entre a degradação social e urbana de uma cidade como São Paulo e a nova ordem mundial. Dizem alguns ideólogos do planejamento atual (e falar em ideologia arquitetônica depois dos modernos já nos parece uma impropriedade): mas desta vez chegamos ao limite! A história recente de São Paulo e do Mundo nos indica que esse limite também é um dado histórico, e portanto definido pelos conflitos em marcha, e não por critérios de bom senso ou humanitários. A cidade de São Paulo tem, me parece, a segunda ou terceira frota particular de helicópteros do mundo, além das filas nas oficinas de blindagem de automóveis, antes preocupação apenas de chefes de estado. Portanto qual é o limite? Existirá um acima dos acertos conjunturais entre as elites globais e locais?

Currículo

Arquiteto pela FAU-USP em 1983

Bacharel em Ciências Sociais pela FFLCH-USP em 1986

Mestre (e doutorando) em Filosofia pela FFLCH-USP em 1996

Professor do curso de Arquitetura da Universidade Paulista – UNIP desde 1994

Endereço

Rua Eugênio Betarello, 55 – 211B
São Paulo – SP 05616 090
fone 9241 56 11
e-mail recaman@usp.br

Notas

- ¹ Com pequenas alterações, este texto foi apresentado no “International Symposium - GLOBALIZATION AND WORLD CITIES: REFLECTIONS FROM SAO PAULO”, realizado na Architectural Association Graduate School em Londres (7-8/5/99). Tinha como subtítulo: “A Paulista architect’s statement to a foreign audience”
- ² MARICATO, Ermínia. *Metrópole na Periferia do Capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ³ GARRIDO, Juan. Um Mundo a Refazer. In: Revista “Qualidade na Construção”, nº 9, 1998.
- ⁴ DUPAS, Gilberto. A Era da Ansiedade. In: *Urbs*, ano I, nº9, set/out 98, pg. 22.
- ⁵ ROLNICK, Raquel. *A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- ⁶ FERRO, Sérgio. *Arquitetura Nova*. In: *Arte em Revista*, nº 4, 1980.
- ⁷ ARTIGAS, J. Vilanova. *Caminhos Da Arquitetura Moderna*. In *Arte em Revista*, nº 4, 1980.
- ⁸ FERRO, Sérgio. *Arquitetura Nova*. In: *Arte em Revista*, nº 4, 1980.
- ⁹ ARANTES, Otilia. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: EDUSP, 1999. Pg. 204.